



Antonio Carlos Flores de Moraes

## Administração pública transparente e responsabilidade do político

*Prefácio*

Adriano Pillati

202 páginas

ISBN 978-85-7700-100-2

Formato: 14,5 x 21,5 cm

### **Antonio Carlos Flores de Moraes**

*Conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Departamento de Direito.*

Antonio Carlos Flores de Moraes enfrenta neste livro o desafio de analisar a responsabilidade do político por seus atos (inclusive na nomeação de apadrinhados seus em cargos da Administração pública), no momento em que se procura obstruir e dificultar a apuração dos atos de improbidade que tanto tem maculado a Administração pública brasileira.

Esse seu trabalho integra programa de Doutorado “Aspectos jurídicos e econômicos da corrupção”, que está cursando na Universidade de Salamanca, Espanha. Em suas pesquisas, o autor constatou que a “judicialização da política” e a “politização do Direito” servem para dificultar a punição dos culpados pela prática de crimes de corrupção, impedindo a rápida apuração das responsabilidades.

Antonio Carlos fez uso de toda a sua experiência como membro do Ministério Público, Secretário de Fazenda do município do Rio de Janeiro, Conselheiro do Tribunal de Contas desta mesma cidade e professor universitário no Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio para elaborar essa sua obra, quando conclui que somente com a melhora do sistema educacional será possível preparar melhores cidadãos com capacidade de compreender que o Estado existe para garantir o bem estar social, sob pena de as normas programáticas insertas nas Constituições dos países livres se consagrem como simples propostas de intenções.

# Sumário

**Prefácio**

**Adriano Pilatti**

**Introdução**

*Capítulo 1*

A Lei: a vontade geral e o poder regulamentar

1.1 A legalidade liberal

1.2 A lei como vontade da maioria

1.3 O processo legislativo

1.4 O regulamento e a legitimidade

*Capítulo 2*

A Constituição e a moralidade política

2.1 A Constituição e a política

2.2 A ética voltada para a democracia

2.3 Direito positivo, moral e política

*Capítulo 3*

Responsabilidade política e penal

3.1 Judicialização da política

3.2 A politização do Direito Penal

3.3 A responsabilidade política

*Capítulo 4*

O controle do político

4.1 Administração pública complexa

4.2 Mídia e opinião pública

4.3 Soberania popular e o controle democrático

*Capítulo 5*

Conclusão: aperfeiçoar a responsabilidade política

**Referências**